



Problemas estruturais da distribuição de renda do trabalhador indígena do MS: os fatos históricos.

E agora, o que fazer?

Os indígenas na região do Mato Grosso do Sul, viveram, por centenas, talvez milhares de anos com estabilidade social antes da chegada do homem branco. Do ponto de vista cultural, povos Aruak tinham relações bem definidas entre si, uns eram agricultores, outros guerreiros, e os casamentos entre aldeias serviam para selar essas relações de aliança.

Tudo isso se modificou com a Guerra contra o Paraguai, quando o Brasil compôs a tríplice aliança para enfrentar aquele país. O Paraguai, no período da guerra entre 1864 e 1870, era um potência em ascensão que contrariava os interesses da Inglaterra na América do Sul. O Brasil saiu-se "vencedor" na guerra, mas, para isso teve que aniquilar exércitos paraguaios compostos algumas das vezes exclusivamente de crianças, muitas delas indígenas Guarani Kaiowá do lado paraguaio, e arcar com o custo do apoio financeiro dos ingleses, os quais financiaram seus próprios interesses.

E os indígenas brasileiros? Estes foram recrutados para servir no exército durante esta guerra - das mais sangrentas da história mundial - e que também confrontou indígenas dos dois lados. Ao final, alguns foram recompensados com terras, caso dos Kadiwéu - índios guerreiros do pantanal, que foram cruciais nas batalhas de defesa do território brasileiro, mas em seguida abandonados à sua sorte. Outros, como os Terena, voltaram da guerra e viram suas aldeias e suas terras ocupadas por grileiros, por exploradores, e, até mesmo por iniciativas de desenvolvimento com anuência governamental. "- O índio foi enganado", revolta-se Teófilo de Almeida, servidor público da FUNAI no MS, índio terena que foi convidado a somar forças na UST, "o índio foi na roça, no caso na guerra, e perdeu a carroça", conclui parafrazeando o dito popular.

A oposição, entre o capital empreendedor do povo dominador e a força de trabalho abundante e barata dos indígenas, povo dominado, começou após a Grande Guerra paraguaia e o rastro das suas "pegadas" no Mato Grosso do Sul estendem-se até os dias de hoje. Danilo de Oliveira Luiz, índio terena, servidor estadual do MS, reclama que os índios são incluídos nos projetos estatais e privados como submissos, "- as autoridades vêem os indígenas como parte do problema e não da solução", conta.

Os fatos históricos demonstram isso. Na própria FUNAI - Fundação Nacional do Índio(1), órgão que cuida da política indigenista oficial, encontra-se facilmente o relato de como se deu a exploração dos indígenas e da riqueza do seu território original pelo homem dito supostamente "civilizado".

"Ao perceber a grande quantidade de ervais nativos na região, Thomas Laranjeira solicitou do Governo Federal, em 1882, o arrendamento das terras no sul do então Estado de Mato Grosso para explorá-las e, fundou, em 1892, a Companhia Mate Laranjeira. Com a República, as terras devolutas - aquelas que originalmente pertenciam à União - passaram para a responsabilidade dos estados, o que favoreceu os interesses da Cia. Mate Laranjeira. Dessa forma, o Decreto nº 520, de 23/06/1890, ampliou os limites da posse da Cia. Mate Laranjeira e deu-lhe o monopólio na exploração da erva-mate em toda a região, que compreendia o território de ocupação tradicional dos Guarani e Kaiowá. Essa atividade foi responsável pelo deslocamento de inúmeras famílias e núcleos populacionais, tendo em vista a colheita da erva mate, e pela disseminação de várias doenças com grave impacto sobre a saúde dos índios."

Esse exemplo, "de não ter sido à época consideradas pelos governos federal e estadual como ocupadas pelos índios as suas terras tradicionais registra um equívoco histórico e demonstra o grau de invisibilidade em relação aos seus direitos que estas populações vivem e viveram", desabafa Alexandre Silva Rampazzo, mestre em antropologia pela UFF e indigenista especializado da FUNAI no MS, convidado a participar das discussões da UST. Essa falta histórica causa até hoje revolta nas populações indígenas, que tentam sem saber a quem recorrer, resolver sozinhas o descaso sofrido reagindo por meio de reocupações, iniciativas de retomada de suas terras tradicionais, hoje em mãos de fazendeiros, o

que infelizmente também não fortalecem os processos de etnodesenvolvimento, sendo para os indígenas uma faca de dois gumes, levando até hoje a conflitos fundiários incessantes, sendo que as mortes de indígenas por assassinato e também nestes confrontos no MS representam mais da metade das mortes em nível nacional, para se ter dimensão real do problema.

A origem jurídica do confronto é que, no século passado, os títulos de terras estaduais foram amplamente distribuídos aos homens brancos, no que antes eram ocupações tradicionais indígenas, sem nenhum tipo de ressarcimento ou cuidado com a questão indígena. Na época os índios tinham a seguinte escolha ou eram expulsos dos seus territórios ou aceitavam servir de mão de obra semi-escrava, nas grandes fazendas que iam sendo criadas. Os postos indígenas do SPI - Serviço de Proteção aos Índios, tornaram-se na primeira metade do século XX o novo aldeamento, onde os índios trabalhavam em projetos governamentais como estradas de trem ou plantavam para vender aos novos colonizadores, na tentativa de serem integrados à ideologia dominante. De todo modo, a estabilidade e a vida tradicional dos índios foi sendo, cada vez mais, relegada a ser somente parte do passado.

Esses acontecimentos se perpetuaram no tempo, mudou de nome o tipo da exploração econômica: inicialmente, a ervamate, a seguir a implantação dos projetos agropecuários e de colonização, a soja e correspondente mecanização, na década de 1970, e, finalmente, a cana-de-açúcar, a partir da década de 1980. Assim, as palavras que fazem parte da cultura e do vocabulário indígena não designam tanto mais como antes as plantas, as árvores, a força vital que se obtinha nas matas e resultavam nos seus pratos típicos e alimentavam danças, festas e celebrações da época do seu "reinado", sua época de ouro, mas agora são palavras marcadas pela história da exploração da sua força de trabalho. Os caciques são então denominados *capitães*, e os capitães, enquanto uma referência simbólica à Grande Guerra, organizam e autorizam o recrutamento dos seus liderados, neste caso da mão de obra indígena, a qual sai em caravanas da aldeia em direção ao corte de cana, este exemplo muda conforme a época e o local, mas alinhados em muitíssimas fileiras com dez homens cada, sendo que cada fileira tem um "líder", chamado *cabeçante*. O pagamento, feito até muito recentemente sem a menor preocupação com os direitos trabalhistas, era dividido desigualmente entre o capitão, os cabeçantes e os trabalhadores indígenas. E, ao introduzir o dinheiro na cultura indígena, iniciava-se um processo de desigualdade social que não consegue ser modificado pelos órgãos governamentais pois ele é estrutural.

Carlos Borges, presidente nacional da UST, visitou a região e pôde comprovar a situação de precariedade em que vivem os indígenas do MS, que são atendidos sobretudo com políticas assistencialistas e ficam reféns das disputas de poder político. Um caso curioso aconteceu alguns anos atrás, em que a carteirinha de indígena anteriormente expedida pela FUNAI, enquanto documento administrativo, serviu para votar (2), mas não servia para obtenção de direitos básicos, pela falta de documentação civil. Este caso, de 2012 e repetido em 2014, ilustra como os indígenas são muitas vezes valorizados na atualidade pelo seu capital político - o voto -, tal como mercadoria e moeda de troca por benefícios eventuais, mas não o são pela inteligência do seu "conhecimento" ancestral e não encontram oportunidades para realizar seu máximo potencial, em áreas onde poderiam contribuir com o país como o desenvolvimento sustentável de agroflorestas.

Em publicação no site do TRE-MS (3), é público e notório que para garantir a participação da população indígena no processo eleitoral, a Corregedoria Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul acatou o pedido do Ministério Público Eleitoral, de considerar a Carteira de Identidade expedida pela FUNAI como documento apto para a identificação do eleitor na hora da votação. "-Não podemos desconsiderar que o Estado de Mato Grosso do Sul abriga a segunda maior população indígena do Brasil, e conta com seções eleitorais instaladas no interior de aldeias como forma de facilitar o processo de aculturação e o exercício do voto pela minoria indígena", ressaltou o Desembargador Joenildo de Sousa Chaves, como se *aculturação* fosse uma coisa boa para o indígena.

O presidente Carlos Borges, em reunião de afiliação com sindicalistas do MS, com autoridade de quem conhece os processos de transformação social, defende que "- essa situação só vai mudar quando os indígenas estiverem eles mesmos à frente das instituições e espaços de discussão que cuidam de seus interesses, até lá vão servir somente de massa de manobra". A UST defende o aumento gradativo da presença indígena nos órgãos governamentais e instâncias

de decisão que concernem os seus interesses, para que sua voz possa ser ouvida. A UST apoia, por exemplo, o pleito da comunidade indígena que reivindica a introdução de uma cota mínima para contratação de indígenas via concursos públicos, assim como deseja que estas conquistas venham pela via do diálogo e da participação democrática. O compromisso com a paz entre os povos é uma diretriz da UST em todo o mundo.

Outro ponto polêmico é o decreto de reestruturação da FUNAI (4), uma iniciativa bem intencionada mas de resultados duvidosos. Como lado positivo, a iniciativa teve a coragem de romper com a idéia de tutela do Estado para com as populações indígenas emprestando-lhes mais autonomia, ao extinguir os postos indígenas nas aldeias, deslocando o atendimento administrativo da FUNAI para os centros urbanos ao criar as CTLs - Coordenações Técnicas Locais. Mas, tal fato gerou uma situação constrangedora. Por exemplo, para registrar o nascimento de uma criança ou solicitar aposentadoria, o indígena tem que se deslocar para fora da aldeia, normalmente com sua família, custeado por seus próprios recursos, indo até a cidade para obter atendimento na FUNAI, entretanto, muitas vezes não consegue ser atendido pois não há estrutura física condizente. Ou seja, o decreto de reestruturação não saiu do papel! Teve o *re* da re-estruturação, mas faltou a hora da *estrutura* e da *ação* para completar a palavra e as boas intenções: ou seja, faltou dotação orçamentária para ser executado em benefício das populações indígenas. Uma lástima para os indígenas e um embaraço internacional para o Brasil que vai acumulando problemas nessa área, e coloca mais lenha na fogueira de um caldeirão que já está em ebulição.

Para caminhar em direção a uma solução possível, há que se ter um pacto pelo desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas no Brasil, com convergência de idéias entre os atores sociais, políticos e econômicos, respeitando a cultura, as tradições e anseios de um futuro melhor desta população, para interagir de forma saudável, pacífica e harmoniosa com as populações tradicionais do Brasil. Para finalizar esta reflexão, cabe lembrar que o bandeira brasileira, símbolo máximo da pátria e da unidade nacional, unifica identidades e povos diferentes, e onde o verde da bandeira simboliza as matas (a rica floresta brasileira), e os indígenas num ato de "nobreza" têm cuidado deste patrimônio mais até que o restante dos brasileiros.

(1) <http://www.funai.gov.br/index.php/ascom/1947-historia-e-cultura-guarani>

(2) (<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/01/indigenas-poderao-usar-carreira-da-funai-para-votar-em-ms.htm>)

(3) (<http://www.campograndenews.com.br/politica/-tre-acata-decisao-e-indios-podem-votar-com-identidade-expedida-pela-funai>)

(4) http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7056.htm, revogado pelo decreto 7778 de 2012, mas que também não revê a situação dos postos indígenas, nem estrutura de fato as CTLs.